

## **1. TENDÊNCIA RECENTE DA REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL\***

### **1.1. Introdução**

O objetivo deste capítulo é examinar a regulação da prestação descentralizada de serviços públicos no Brasil, analisando os principais pontos da relação entre o poder concedente e o concessionário, que dão suporte à sua relação contratual.

O serviço público pode ser definido como toda atividade material exercida pelo poder público, direta ou indiretamente, mediante delegação, com a finalidade de satisfazer as necessidades coletivas sob regime de direito público, caracterizado pela subordinação do interesse particular ao público.

A prestação de serviço público pode ser centralizada - quando o poder público o realiza através de suas próprias repartições, em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade; descentralizada - com a transferência de titularidade do serviço, outorgada por lei às autarquias e às entidades paraestatais, ou simplesmente com a transferência da execução do serviço, delegada a particulares, por ato administrativo bilateral (contrato de concessão) ou unilateral (permissão ou autorização).

No Brasil, durante as últimas décadas, prevaleceu a concessão de serviços públicos às empresas públicas, cuja expansão dependeu basicamente de recursos do Tesouro, tarifas e créditos obtidos com o aval da União. A crise fiscal nos três níveis de governo demonstra que esse

---

\* Este capítulo é de autoria do Dr. Venilton Tadini.

quadro institucional está saturado. Portanto, é necessário rever o padrão vigente, onde o Estado assumiu quase totalmente a responsabilidade pelos investimentos no setor, para que se instaure um padrão misto, que abra as possibilidades de mobilização do capital e da iniciativa privada nos investimentos necessários à retomada do processo de crescimento da economia brasileira.

Esse redesenho faz-se necessário, portanto, pelo esgotamento dos padrões históricos, tanto de financiamento direto ao setor público, como de execução, operação e manutenção dos serviços públicos. A introdução de outros agentes e formas de co-participação entre setor público e privado possibilitará a utilização de novos mecanismos de financiamento e a retomada dos investimentos nesta área. Cabe ressaltar, entretanto, que a delegação da execução e operação dos empreendimentos ao setor privado se faz mediante regulamentação e controle do Estado, que passará, portanto, a desempenhar novo papel.

Pela concessão, o poder concedente não transfere propriedade alguma ao concessionário, nem se despoja de qualquer direito ou prerrogativa pública. Delega a execução dos serviços, com ou sem exclusividade, apenas a pessoas físicas ou jurídicas, nos limites e condições legais e contratuais, sempre sujeitas à regulamentação e fiscalização do concedente. Neste sentido, o poder concedente pode retomar o serviço concedido, mediante indenização dos lucros cessantes e danos emergentes resultantes da encampação, ou pode haver a reversão dos direitos e bens vinculados à prestação do serviço, independente do pagamento ou indenização ao concessionário, por se considerar recebidos, no decurso do contrato, tanto o capital investido como os lucros e juros dele decorrentes.

O contrato de concessão pode ser alterado, unilateralmente, pela

administração, exclusive no tocante aos requisitos do serviço ou cláusulas regulamentares, para melhor atendimento ao público, com correlata revisão das cláusulas econômicas e financeiras afetadas pela alteração e adequação das tarifas aos novos encargos acarretados ao concessionário, objetivando manter o equilíbrio econômico inicial.

Reconhece-se à administração pública, diretamente ou não, o direito de fiscalizar as empresas, com amplos poderes de verificar sua administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros, principalmente para reconhecer a rentabilidade do serviço, fixar tarifas justas e punir as infrações regulamentares e contratuais.

A obrigação de manter o serviço adequado, reconhecida constitucionalmente, significa, na prática, o atendimento de cinco requisitos básicos: generalidade, ou serviço para todos os usuários, indiscriminadamente; permanência ou continuidade na área e no período de sua prestação; eficiência ou serviços satisfatórios, qualitativa e quantitativamente; modicidade ou preços razoáveis, ao alcance de seus destinatários; e cortesia ou bom tratamento público.

Pode-se perceber, portanto, que para viabilizar esse novo padrão de financiamento deve-se resolver um conjunto de questões relevantes e que apresentam um certo grau de complexidade.

É importante ressaltar que, além da concessão, há outras modalidades possíveis de participação da iniciativa privada na execução de serviços públicos. As principais são:

- Arrendamento - Neste caso, a iniciativa privada aluga as instalações de um serviço de utilidade pública da empresa concessionária e assume a responsabilidade pela sua operação e manutenção. A responsabilidade, perante o poder concedente, pela quali-

dade e continuidade dos serviços continua sendo do concessionário original. É regido pelo direito privado.

- **Prestação de serviços** - A concessionária poderá, através de contrato de prestação de serviços junto ao setor privado, contratar não só serviços de rotina, como também a construção e operação de projetos de seu interesse. Essa modalidade evita os questionamentos jurídicos da subconcessão e permite à concessionária atrair capitais privados, em áreas de competência exclusiva do Estado. No entanto, tem o inconveniente da limitação de prazo em cinco anos, de acordo com a Lei de Licitações.

- **Risco compartilhado** - Quando a empresa pública e a empresa privada associam-se, formando um consórcio ou participação societária, para explorar determinado empreendimento. A figura do consórcio está sendo utilizada atualmente pelo setor elétrico, para conclusão de obras que estavam paralisadas.

- **Concessão onerosa** - Difere da concessão, na medida em que a concessionária receberá a integralidade ou parte das obras já executadas pelo poder concedente. Neste caso, há necessidade de remunerar o poder concedente.

- **Subconcessão** - Quando a concessionária subconcede a terceiros a execução da obra e o serviço. A responsabilidade da concessão junto ao poder concedente continua a ser do concessionário original.

Vale lembrar que, apesar da existência de outras modalidades de relação entre público e privado para execução de serviço público, nenhuma é tão completa e complexa, nos aspectos jurídicos, técnicos e econômicos da regulação, quanto a concessão. Por esta razão, será aprofundada a sua análise.

A Constituição Federal de 1988 representou avanço em relação à questão da concessão, através de seu artigo 175, que trata da prestação de serviços públicos:

"Art. 175 - Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo Único - A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - a política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado."

A regulamentação do artigo 175 da Constituição é imprescindível para a definição de regras na exploração do serviço público e para a reabilitação do instituto da concessão.

Encontra-se, atualmente, no Senado Federal o substitutivo de 10 de junho de 1992, aprovado pela Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado Federal, nº 202-F, de 1991 (nº 179, originariamente), que versa específica e abrangentemente sobre o regime de concessão e

permissão da prestação dos serviços públicos referidos no artigo 175 da Constituição Federal.

### **1.2. Análise comparativa das leis de concessão existentes no Brasil**

A demora, por parte do governo federal, na regulamentação do artigo 175 da Constituição, provocou a iniciativa de vários estados da Federação e de alguns municípios, no sentido de aprovarem sua própria lei de concessões, independentemente da existência da lei federal. São exemplos dessa situação os estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pernambuco, e o município de Limeira. É importante ressaltar que, assim que for aprovada a lei federal sobre a matéria, os estados, municípios e o Distrito Federal terão que realizar as alterações necessárias em sua legislação, para se adaptarem a ela.

No Quadro I, pode-se observar uma comparação entre o substitutivo ao Projeto de Lei nº 202-F, do governo federal, e as demais leis existentes a níveis estadual e municipal, relativas aos principais pontos referentes à regulamentação das concessões. Conforme demonstra o quadro, à exceção de poucos itens que diferem, há uma grande semelhança entre os regulamentos analisados. Isto porque o substitutivo federal foi elaborado praticamente ao mesmo tempo em que se discutia a o projeto de lei de São Paulo, resultando em muita troca de informações entre os formuladores.

Vale destacar que a lei de Santa Catarina é específica para concessões de pontes e rodovias estaduais, enquanto a de Limeira trata exclusivamente da concessão de serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

A Lei nº 7.835/92, de São Paulo, foi a pioneira entre os estados. A sua elaboração ocorreu a partir das discussões no âmbito do Fórum Paulista de Desenvolvimento, que identificava, no sistema de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada, a maneira adequada de enfrentar a crise financeira do estado, possibilitando a retomada de investimentos em setores prioritários, com recursos privados. A Lei de Concessões do Estado serviu de base institucional para esse programa de parceria.

Os demais estados adotaram a lei paulista e o substitutivo ao Projeto de Lei 202-F, do Senado Federal, como modelos para desenvolver suas respectivas legislações a respeito da matéria. Isso explica as pequenas diferenças encontradas entre as várias leis estaduais e a municipal e o projeto do governo federal.

### **1.3. Principais pontos passíveis de regulação na prestação de serviços públicos**

A partir da legislação apresentada serão identificados os principais pontos de regulação para concessão de serviços públicos. É importante destacar que a Constituição Federal estabelece que toda concessão deve ser precedida de licitação. Todos os dispositivos legais analisados adotaram a modalidade de concorrência. Por esta razão, deve-se observar a legislação pertinente a licitações e contratos do setor público, que terá influência na escolha do concessionário e dará subsídios às normas reguladoras.

Serão apresentados, a seguir, os requisitos necessários à pré-qualificação do concessionário, de acordo com as legislações sobre licitações e concessões.

## Quadro I

### Comparação da legislação existente sobre regulamentação da concessão de serviços públicos no Brasil

	Substitutivo ao Projeto de Lei 202 - F Senado Federal	Lei 7.835/92 Est. de São Paulo
Critérios de julgamento da concorrência	<ul style="list-style-type: none"> <li>• menor valor da tarifa</li> <li>• maior oferta ao concedente</li> <li>• combinação dos anteriores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• menor preço</li> </ul>
Licitação	Exige concorrência exceto para estatais	Exige concorrência
Prazo	Vigência mais prorrogação não superior a 50 anos	Não especifica
Subconcessão	É vedada	É vedada, salvo para entidade da administração descentralizada
Lei específica para autorização de concessão	Não exige	Não exige
Remuneração	Tarifa ou alternativa e permite fontes acessórias	Basicamente tarifa, permite fontes acessórias
Tarifa diferenciada	É vedado benefício a segmentos específicos, exceto os previstos em lei	Não trata
Transferência de controle da concessionária	Necessita de anuência do concedente	Não menciona
Cláusulas essenciais do contrato de concessão	Basicamente iguais	
Direitos e deveres do Poder Concedente	Basicamente iguais	
Direitos e deveres do concessionário	Basicamente iguais	
Direitos e deveres do usuário	Basicamente iguais	
Da extinção da concessão	Basicamente iguais	
Conceito de serviço adequado	Basicamente iguais	



# PROPOSTA DE REGULAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO

Lei 10.086/94 Est. Rio Grande do Sul	Lei 10.904/93 Est. Pernambuco	Lei 9.163/93* Est. Santa Catarina	Lei Complementar nº 128/94 Munic. Limeira**
• menor preço	<ul style="list-style-type: none"> <li>• menor valor da tarifa</li> <li>• maior universo de usuários</li> <li>• prazo para obras</li> <li>• combinação dos critérios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• menor tarifa</li> <li>• menor prazo de concessão</li> <li>• menor prazo para a obra</li> <li>• menor despesa do setor público</li> <li>• combinação de critérios</li> </ul>	Técnica e preço
Exige concorrência	Exige concorrência	Exige concorrência exceto para entidade da administração indireta	Exige concorrência
Vigência não superior a 30 anos prorrogável até 50 anos	Não especifica	Não trata	30 anos
É vedada	Permite, desde que autorizada pela União e municípios	É vedada	É vedada
Exige lei para cada concessão	Não exige	Não exige	
Basicamente tarifa, permite fontes acessórias	Tarifa	Basicamente tarifa, permite fontes acessórias	Tarifa
Idem ao Federal	Prevê serviço gratuito para segmentos de interesse social	Permite isenção para segmentos específicos	Não trata
Idem ao Federal	Não menciona	Não trata	Não menciona

### **1.3.1. A concessionária**

#### **1.3.1.1. Modelo societário**

Dentre as condicionantes a serem observadas, destaca-se inicialmente a configuração da empresa concessionária desejada. Em relação ao contrato de concessão que se pretende celebrar, tendo em vista a complexidade, a amplitude e o envolvimento de interesses econômicos relevantes, é aconselhável o modelo da sociedade por ações, excluída a possibilidade de ser a contratante final uma comandita por ações.

A sociedade por ações seria o modelo preferencial para a conformação da concessionária, uma vez que, além da publicidade inerente aos atos e aos balanços patrimoniais e contas de resultado das empresas que revestem a forma acionária, ao mesmo tempo esse modelo permite a emissão de diversos tipos de debêntures, passíveis de negociação no mercado de capitais, ao contrário do que sucederia com a sociedade por cotas.

#### **1.3.1.2. Natureza do capital da concessionária**

A concessionária deverá ser empresa brasileira, constituída com a finalidade exclusiva de executar as obras e prestar os serviços especificados pelo concedente.

#### **1.3.1.3. Controle acionário**

O controle acionário da concessionária, nos termos estabelecidos no artigo 116, da Lei Federal nº 6.404/76, deverá ser mantido durante

todo o prazo da concessão, salvo transferência desse controle, prévia e expressamente aprovada pelo poder concedente.

#### **1.3.1.4. Emissão de títulos**

A concessionária poderá emitir obrigações, debêntures ou títulos similares que representem obrigações de sua responsabilidade, a favor de terceiros, mediante anuência prévia do poder concedente.

#### **1.3.1.5. Garantias**

Ações da concessionária poderão ser dadas em garantia de financiamentos para obtenção de recursos a serem aplicados no objeto da concessão.

#### **1.3.1.6. Experiência anterior**

A empresa participante da licitação (ou, no caso, de consórcio com a empresa líder) deverá apresentar comprovação de aptidão (quantidade e prazos) para a execução das obras e serviços objetos da concessão, mediante atestados e certidões. Deverá comprovar, ainda, que possui técnicos com experiência comprovada nesse tipo de atividade.

#### **1.3.1.7. Formação do ativo da concessionária**

Em relação ao ativo circulante, nada existe de observação particular, dado que o valor que nele ingressa e que dele se retira deverá, em princípio, ter o mesmo tratamento que numa empresa comum.

Quanto ao ativo permanente, nada impede que os valores correspondentes aos investimentos realizados pela concessionária sejam contabilizados nessa conta, apesar de se tratar de um bem público.

#### **1.3.2. Formação de consórcio e indicadores econômico-financeiros**

Poderão participar consórcio de empresas brasileiras e também de empresas brasileiras reunidas com estrangeiras. Neste caso, a empresa líder deverá ser brasileira.

A inabilitação de qualquer pessoa jurídica integrante do consórcio acarretará a automática inabilitação deste.

A empresa que participar isoladamente da licitação estará impedida de integrar qualquer consórcio, sendo vedada, também, a participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio.

#### **1.3.3. Comprovação de capacidade econômico-financeira**

- Liquidez geral (a definir)
- Quociente de imobilização do patrimônio líquido (a definir)
- Quociente de endividamento geral (a definir)
- O capital social integralizado deverá ser igual ou superior a R\$ \_\_\_\_, no caso de empresa individual, e de R\$ \_\_\_\_, no caso de consórcio.

#### **1.4. Cláusulas essenciais do contrato de concessão**

A formalização da concessão se dará através da assinatura do contrato entre o poder concedente (normatizador e fiscalizador) e o

concessionário (responsável pela prestação do serviço e execução da obra, quando houver). O contrato deverá observar não só a legislação relativa às licitações, como a que se refere a contratos administrativos.

Como foi observado na análise comparativa dos vários instrumentos legais que tratam da regulação dos serviços públicos, praticamente inexistem diferenças entre eles no que diz respeito às cláusulas essenciais do contrato de concessão, a seguir relacionadas:

- a) objeto, área de prestação do serviço e prazo;
- b) modo, forma e condições de prestação de serviços concedidos, com a indicação de padrões de qualidade, metas e prazos para seu aperfeiçoamento;
- c) obrigação da execução das obras necessárias à prestação dos serviços, em conformidade com o cronograma da concessão;
- d) critérios para a fixação e alteração da tarifa, com previsão da periodicidade e dos parâmetros de cálculo dos reajustamentos;
- e) garantias;
- f) casos de extinção e encampação da concessão;
- g) forma de fiscalização dos serviços, com a estipulação da obrigatoriedade, forma e prazo de prestação de contas pelo concessionário;
- h) direitos e deveres dos usuários;
- i) valor dos recursos a serem aplicados e suas fontes de origem;
- j) exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas, na forma estabelecida pelo poder público, e das planilhas de cálculo do custo do serviço;
- k) indenização ao concessionário;
- l) penalidades.

A partir das cláusulas mencionadas, sugere-se o detalhamento a seguir, com a finalidade de aprofundar os pontos básicos de serviços públicos, visando alcançar um edital/contrato padrão para a prestação dos serviços públicos através de concessão.

#### **1.4.1. Do objeto da concessão**

A execução das obras concedidas, compreendendo \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ (descrição, especificações e cronograma das obras concedidas, definidos pelo concedente).

A prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e exploração da \_\_\_\_\_ (especificar o tipo de atividade), de acordo com os critérios de operação, manutenção e conservação do \_\_\_\_\_ (manual a ser elaborado pelo poder concedente), de forma a garantir o nível de serviço adequado para o usuário.

A exploração de \_\_\_\_\_ (especificar o tipo de atividade), visando cobrir os custos normais de operação. A amortização dos investimentos realizados pela concessionária e a sua remuneração far-se-ão pela cobrança direta da tarifa aos usuários do \_\_\_\_\_ (especificar tipo de serviço) e de outras receitas complementares, se especificadas.

A cobrança de tarifa aos usuários do \_\_\_\_\_ (especificar o serviço) será realizada em conformidade com o \_\_\_\_\_ (manual a ser elaborado pelo poder concedente sobre sistema de tarifas do serviço).

#### **1.4.2. Das obras concedidas**

Obras de atualização, recuperação, manutenção e de apoio operacional, conforme manual com descrição, especificações e cronogra-

ma das obras concedidas, a ser elaborado pelo poder concedente.

Os projetos de engenharia das obras concedidas deverão obedecer às normas, padrões e especificações básicas atualmente adotadas pelo poder concedente para o mesmo tipo de projeto.

Os projetos de engenharia das obras concedidas, inclusive suas revisões e alterações, mesmo durante a execução da obra, serão fornecidos ao concedente pela concessionária, devendo ser submetidos à aprovação prévia e expressa do concedente, sem prejuízo das responsabilidades atribuídas à concessionária.

As desapropriações que se fizerem necessárias à implantação das obras concedidas serão efetuadas pelo concedente e às suas expensas, mediante provocação fundamentada da concessionária, integrando-se essas áreas ao patrimônio do Estado, após a respectiva desapropriação.

O concedente fiscalizará a execução das obras concedidas, sem prejuízo das responsabilidades da concessionária. Em conjunto com a fiscalização, a concessionária estabelecerá um programa de fiscalização, acompanhamento da implantação e controle tecnológico da obra, em conformidade com as normas e padrões do concedente, vigentes à época da execução e aplicáveis ao caso específico.

O acompanhamento da implantação e o controle tecnológico deverão ser realizado por empresa independente e capacitada, a ser controlada pelo concedente, para esse fim específico. A empresa emitirá relatórios a serem aprovados pelo concedente e arquivados na sede da concessionária.

Desde que isso não implique a transferência da prestação do serviço, a concessionária poderá contratar terceiros para a execução parcial de projetos, obras ou serviços integrantes das obras concedidas, selecionando-os diretamente, sempre e em tudo obedecendo às nor-

mas e padrões do concedente, vigentes à época da contratação e aplicáveis ao caso específico.

#### **1.4.3. Da operação**

A fiscalização da operação dos serviços concedidos competirá ao concedente. Durante a concessão, ficará a concessionária obrigada a manter o nível adequado para todos os serviços.

A concessionária desenvolverá as atividades relativas à operação do projeto, em estrita obediência ao disposto no manual elaborado pelo concedente, contendo os critérios de operação, manutenção e conservação.

Durante o prazo da concessão, o concedente, em comum com a concessionária, poderá revisar e alterar a definição e o enquadramento dos serviços, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

#### **1.4.4. Da exploração**

A concessionária terá o direito de explorar a concessão, através da cobrança de tarifas e outras receitas acessórias, cujo conjunto permita amortizar e remunerar os gastos e investimentos por ela realizados na presente concessão.

##### **1.4.4.1. Das fontes de recursos**

- **Das tarifas**

A concessionária implantará e operará um sistema de cobrança de tarifas aos usuários do projeto, em conformidade com o especifica-



do no Manual de Sistema e Tarifas a ser elaborado pelo concedente, no qual deverão ser definidas tarifas por tipo de serviços e categorias de usuário e, em determinados serviços, por nível de consumo. As tarifas a serem cobradas aos usuários do projeto e os critérios de reajuste aplicáveis serão os estabelecidos no Manual.

Caso esse reajustamento provoque distorções, a correção será realizada através de livre negociação entre as partes, após a apresentação, pela concessionária, de demonstrativo detalhado, das distorções ocorridas em relação ao equilíbrio econômico-financeiro, da auditoria detalhada realizada pelo concedente, mediante revisão da tarifa, conforme definido no Manual de Sistema de Tarifas.

Caso o poder concedente, por razões de interesse público, decida não autorizar atualização da tarifa prevista anteriormente, deverá encontrar outro meio, na forma da lei, para recompor o equilíbrio do contrato.

#### **1.4.4.2. Da remuneração por outros serviços**

Durante o período da concessão, além do que foi mencionado no item anterior, objetivando a modicidade de sua tarifa, a concessionária poderá, ainda, ser remunerada por outras fontes acessórias de receita, mediante cobrança pela prestação de serviços de atendimento ao usuário, conforme normas contidas no Manual de Critérios de Operação, Manutenção e Conservação. Os preços desses serviços serão fixados pela concessionária, sempre com a aprovação prévia e expressa do poder concedente.

O concedente deverá receber mensalmente, da concessionária, os montantes faturados e toda e qualquer outra informação sobre as receitas mencionadas, que venha a solicitar.

Durante o prazo da concessão, ficará a concessionária obrigada a manter nível adequado para todos os serviços.

A concessionária poderá, mediante a aprovação prévia e expressa do concedente, contratar terceiros para a prestação de serviços de atendimento ao usuário.

#### **1.4.5. Dos recursos próprios**

A concessionária deverá aportar ao empreendimento recursos próprios equivalentes, na data de apresentação da proposta, a, no mínimo, R\$ \_\_\_\_\_.

#### **1.4.6. Competências da concessionária**

- Preparar e apresentar mensalmente, ao concedente, na forma que este dispuser, relatório de suas atividades, incluindo construções, manutenção, conservação e operação.
- Submeter à prévia aprovação, pelo concedente, da desativação e baixa de bens e equipamentos vinculados à concessão.
- Preparar e apresentar trimestralmente, ao concedente, na forma que este dispuser, balancete analítico de suas contas.
- Acionar todos os recursos à sua disposição, a fim de garantir o nível adequado de serviço.
- Elaborar esquemas de atendimento para situações de emer-

gência, mantendo disponíveis, para este fim, recursos humanos e materiais.

- Adotar todas as providências necessárias à garantia do patrimônio do projeto e seus acessórios.
- Respeitar, na execução das obras e serviços, as características ambientais da região, e zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas, respondendo pela obtenção de eventuais licenças exigidas pelos agentes de proteção ambiental.
- Conduzir suas atividades com zelo, diligência e economia, procurando sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, sempre em rigorosa observância às cláusulas e condições estabelecidas nos documentos contratuais.
- Cumprir todas as determinações legais pertinentes, particularmente da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, que aprovam as normas regulamentadoras do Capítulo V, Título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.
- Cumprir as determinações da fiscalização do concedente, no sentido de reparar e refazer, de imediato, os serviços executados com vícios e defeitos, por sua culpa ou de seus subcontratados.
- Responder pelos métodos utilizados nas diferentes frentes de trabalho, pela organização do seu escritório e pela previsão e

emprego de equipamentos adequados na execução das obras concedidas.

- Fornecer, às suas expensas e sob sua responsabilidade, toda mão-de-obra, direta e indireta, a ser empregada na concessão, devendo a condução dos serviços ser confiada a profissionais idôneos, devidamente qualificados para a respectiva função.
- Executar todas as tarefas relativas à manutenção e conservação, de acordo com a boa técnica e obedecendo rigorosamente às normas, padrões e especificações do concedente, durante todo o prazo de concessão, em especial no seu período final, de modo que o projeto esteja em perfeitas condições de conservação, em todos os aspectos que possam ser examinados, quando de sua devolução ao concedente no término da concessão.
- Responsabilizar-se, jurídica e pecuniariamente, perante terceiros, por todos os atos e eventos de sua responsabilidade ocorridos durante a vigência do contrato.
- Responder pelo cumprimento das regulamentações vigentes no país, em especial as referentes às obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias, fiscais, securitárias, comerciais, civis e criminais, que se relacionem direta ou indiretamente com a concessão, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes, contratados e prepostos.
- Responder, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos

de qualquer natureza causados ao concedente ou a terceiros, por sua ação, de seus empregados, contratados, prepostos ou fornecedores, ou em decorrência de seus serviços, responsabilizando-se, integralmente, por si e por seus sucessores, nos limites definidos no contrato.

- Fornecer ao concedente todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao gerenciamento da empresa, facultando-lhe a realização de auditorias em suas contas.
- Realizar inventário das condições do projeto e suas instalações, no primeiro e no último trimestre do período de concessão.
- Cobrar a tarifa dos usuários na forma prevista no Manual de Sistema de Tarifas.

#### **1.4.7. Limitação de responsabilidade**

No caso de restauração do projeto ou de qualquer de seus componentes, decorrente de danos causados por vícios ocultos ou de execução, anteriores à assinatura do contrato, bem como advindos de fatos extraordinários, casos fortuitos ou de força maior, sem concorrência de culpa da concessionária, esta não será responsável financeiramente pelo valor que ultrapassar os montantes dos seguros previstos no edital.

A concessionária também não será responsável pela construção de ampliações e complementações do projeto, em decorrência da sua insuficiência frente à demanda ou reformulação, que vierem a ser reconhecidos como necessários pelo concedente.

#### 1.4.8. Obrigações do concedente

- Fiscalizar, sob os aspectos técnicos, operacionais, contábeis e legais, a execução das obras e serviços objetos da concessão.
- Aprovar os projetos de engenharia das obras concedidas, autorizar alterações neles introduzidas, bem como os pareceres e relatórios emitidos pelas empresas independentes encarregadas do controle tecnológico.
- Providenciar a expedição dos atos declaratórios de utilidade pública, para os fins de desapropriação que se fizerem necessárias à implantação do objeto de concessão.
- Fiscalizar o desempenho do concessionário, através de auditorias, inspeções, relatórios e balanços periódicos.
- Efetuar indenizações, quando cabíveis, nos casos de caducidade, encampação, anulação, rescisão ou de intervenção na concessão.
- Aprovar as tarifas e preços de serviços a serem cobrados pela concessionária.
- Manter a concessionária indene e a salvo de toda e qualquer responsabilidade, todos e quaisquer custos ou desembolsos relacionados às contingências.
- Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos servi-

ços e cláusulas contratuais, aplicando as penalidades previstas, quando for o caso.

#### **1.4.9. Dos seguros**

A concessionária deverá oferecer garantia, na data da assinatura do contrato, sob uma das modalidades estipuladas pelo artigo 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. A garantia a ser prestada pela concessionária deverá cobrir importância correspondente, na data da assinatura do contrato, a 5% do valor das obrigações assumidas pela concessionária.

A concessionária manterá vigentes, durante o período do contrato, apólices de seguro, a seu próprio favor, cobrindo:

- Danos materiais causados ao objeto da concessão, com cobertura não inferior a R\$ \_\_\_\_\_.
- Acidentes pessoais causados aos passageiros dos veículos que utilizem os serviços da concessionária, com cobertura não inferior a R\$ \_\_\_\_\_.
- Danos materiais e pessoais causados a terceiros, decorrentes da ação da concessionária, com cobertura não inferior a R\$ \_\_\_\_\_.

As condições gerais dos seguros são as seguintes:

- Todas as apólices de seguro previstas no item anterior incluirão, como co-segurado, o concedente.

- A seguradora deverá obrigar-se a informar à concessionária e ao concedente, dentro do prazo máximo de dez dias, todos e quaisquer fatos que impliquem o cancelamento total ou parcial dos seguros previstos, a redução das coberturas e o aumento de franquias ou redução das importâncias seguradas.

A seguradora deverá, ao mesmo tempo, fornecer, com uma antecedência mínima de trinta dias, aviso a respeito do vencimento dos seguros.

- A concessionária deverá fornecer, em prazo que não seja superior a trinta dias do término de cada ano fiscal, um certificado confirmando que todas as apólices de seguro contratadas estão válidas naquela data, e que os respectivos prêmios vencidos já encontram-se pagos.

- A concessionária poderá alterar coberturas e franquias, bem como quaisquer condições das apólices previstas, visando adequá-las a novas necessidades que venham a ocorrer ao longo da vigência do contrato.

Essas alterações, entretanto, estarão sujeitas à aprovação prévia do concedente.

#### **1.4.10. Do prazo da concessão**

O prazo da concessão será de \_\_\_\_ anos, a contar da data de transferência ao concessionário, e poderá ser prorrogado até o limite previsto em lei, observados o interesse administrativo e a aprovação do poder concedente.



**1.4.11. Da extinção da concessão e da intervenção do poder concedente**

Extingue-se a concessão por:

- a) término do prazo;
- b) anulação;
- c) caducidade;
- d) rescisão amigável ou judicial;
- e) encampação ou resgate;
- f) falência ou extinção do concessionário e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

Extinta a concessão por qualquer motivo, retornarão ao concedente os direitos e privilégios delegados, com reversão das obras e benfeitorias executadas na vigência do contrato de concessão.

A inexecução total ou parcial do contrato de concessão acarretará a aplicação das sanções contratuais ou a declaração de caducidade, com rescisão unilateral do contrato.

Encampação ou resgate é a rescisão unilateral do contrato de concessão, com imediata retomada do serviço pelo concedente, antes do término do prazo da concessão, por motivo de interesse público ou conveniência administrativa, devidamente justificados.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa do concessionário, mediante ação judicial específica, no caso de descumprimento, pelo concedente, de obrigações legais, regulamentares ou contratuais, respeitado o direito às indenizações.

O término antecipado da concessão, resultante de rescisão ami-

gável, será obrigatoriamente precedido de justificação que demonstre o interesse público do desertado, devendo o respectivo instrumento conter regras claras e pormenorizadas sobre a composição patrimonial decorrente do ajuste.

#### **1.4.12. Do equilíbrio econômico-financeiro do contrato**

A verificação do equilíbrio econômico-financeiro será realizada através do acompanhamento do fluxo de caixa, descontado a valor presente do empreendimento, que mostra a Taxa Interna de Retorno (TIR), independente da forma de financiamento, e o fluxo de caixa, descontado a valor presente dos acionistas, que leva em consideração a captação de recursos de terceiros, dele resultando a taxa de retorno do capital próprio, a serem apresentados na proposta.

Cada um desses fluxos deverá conter as seguintes informações:

- Receita Bruta (RB)
- Receita Líquida (R L) =  $RB - \text{Impostos e Taxas}$
- Custos (C) - Operação, Manutenção e Despesas Diversas
- Depreciação Integral dos Investimentos (D)
- Resultado Operacional (RO) =  $RL - C - D$
- Investimento Inicial (I) = valor das obras concedidas
- Imposto de Renda (IR)
- Resultado após IR
- Fluxo de caixa descontado com base nas informações acima

O fluxo de caixa dos acionistas, além das informações citadas, deverá conter:

- Capital Próprio (CP) - Valor das integralizações
- Recursos de Terceiros (RT) - Diferença entre o caixa operacional líquido e os recursos de terceiros
- Encargos Financeiros de Longo Prazo (EFLP)
- Amortização de Recursos de Terceiros
- Fluxo de Caixa dos Acionistas

Alguns fatos relevantes, conforme expostos a seguir, poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e, portanto, determinar a revisão do valor da tarifa ou do prazo, visando a recomposição do equilíbrio:

- Execução, dentro do prazo, de obras e serviços de ampliação da capacidade ou de adequação das características do projeto, visando melhorar os níveis de serviços oferecidos, desde que previamente autorizados pelo concedente, e que não estejam compreendidas entre as obras e serviços cujos investimentos já são cobertos e remunerados pela tarifa.
- Obras e serviços decorrentes de acidentes geológicos.
- Alterações de tributos e taxas.
- Variações na receita (quando forem garantidas pelo concedente).

### **1.4.13. Das sanções e penalidades**

Durante o prazo da concessão, o concessionário poderá ser penalizado com multa de mora correspondente a X% do valor das parcelas ou etapas das obras ou serviços em atraso, especificados e constantes da metodologia de execução proposta pelo adjudicatário, quando essas

parcelas ou etapas das obras ou serviços não tiverem o andamento previsto nos cronogramas, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato da concessão, e da aplicação de outras sanções previstas em lei, ou no contrato de concessão.

Durante o prazo da concessão, o concessionário poderá ser apenado nos casos definidos no contrato de concessão, em função do constante de suas propostas técnica e financeira, pela inexecução parcial ou total das obrigações assumidas.

A inexecução total ou parcial do contrato de concessão enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

